

39

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 07

Do Local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas

J. J. CARVALHÃO SANTOS
Mestre em História

1. A valorização da história local e regional, com a sua expressão prática no plano científico, como no pedagógico, ou ainda noutras áreas de actual aplicação concreta, deve ser acompanhada de uma reflexão crítica, questionando concepções, abordagens e desenvolvimentos.

Reflecte-se, assim, uma consciência epistemológica, mais geral, com especial significado no que concerne às ciências humanas e sociais. É hoje reconhecida a importância de interrogar os fundamentos da própria ciência e de uma reflexão sobre a sua redefinição, envolvendo a teorização de conceitos e práticas. O que é possível construir, os itinerários de pesquisa e o seu valor científico, são algumas das temáticas de fundo que nomeadamente se nos colocam, levando ao questionar de objectos de estudo e de orientações metodológicas.

No âmbito de focagem relativo ao local e regional, a evolução de concepções nas últimas décadas influenciou, naturalmente, a formulação de juízos qualitativos relativamente às práticas historiográficas. Em traços muito largos, tem-se destacado o contraste entre as fraquezas e as limitações de uma história local, de certo modo, provinciana e tradicional, e as potencialidades de uma “nova história local” mais esclarecida e proveitosa.

No percurso até aos diversos desenvolvimentos práticos, esta articulação reflexiva apresenta-se como uma necessidade, em especial, se quisermos ultrapassar um contexto de ideias instaladas e de práticas correntes que pode conduzir, em sentidos extremos, tanto a juízos potencialmente depreciativos, como a valorizações deficientemente fundamentadas. Neste caso, importa que o campo das meras sugestões, por vezes num quadro de entusiasmos de época, se traduza numa aferição mais consistente da qualidade das concretizações, com um verdadeiro e eficaz aproveitamento das potencialidades enumeradas.

O preenchimento real de um espaço de utilidade e de sentido obriga, pois, a uma renovada insistência, não apenas relativa à reflexão teórica, sobre os fundamentos conceptuais, mas, também, na ponderação das orientações práticas, em função dos diferentes terrenos e objectivos de desenvolvimento.

É com esta percepção que nos propomos chamar a atenção para alguns aspectos, tendo por fundo a evolução verificada e sabendo que, também no referente à área educativa e ao professor de História, dispomos já de um distanciamento que nos ajuda a repensar as relações entre os âmbitos da produção científica e do ensino.

Como se compreende, no quadro específico deste último terreno, para lá das propostas de evidente interesse, não deixaram igualmente de se registar desenvolvimentos porventura questionáveis, mormente quanto à avaliação de possibilidades práticas e à obtenção de reais benefícios.

Num contexto favorável, criaram-se, de facto, também aqui importantes expectativas em torno de uma nova história local, projectando com outro significado uma temática que, como se sabe, estava longe de ser inédita.

A reformulação do seu interesse científico, associada ao progresso, em geral, das concepções historiográficas, cruzava-se promissora com o perfil de uma evolução pedagógica, bem sensível já desde os anos sessenta¹, que preconizava o estudo do meio, no âmbito da escola activa. Numa perspectiva histórica, isso passava, necessariamente, por uma revalorização da história local, com um alargamento do sentido dos recursos disponíveis, das oportunidades de estudo e das potencialidades formativas.

Como testemunho da atenção dedicada e destacando, no domínio educativo, o impulso registado entre nós, nas décadas de oitenta e de noventa, lembramos os colóquios realizados e os múltiplos artigos publicados, aliás, com forte participação de docentes, os capítulos específicos incluídos em obras de didáctica e,

¹ Entre nós, pode destacar-se, em 1966, o trabalho de Albano Estrela “Contribuição da História Local para o ensino da História no Liceu. Experiências e sugestões”, publicado em *Estudos Psicopedagógicos* (ano I, nº 1).

mesmo, as publicações inteiramente dedicadas ao tema, divulgando pressupostos, orientações gerais e sugestões práticas. Cumpre-nos realçar, especialmente, os contributos de Maria do Céu Roldão², Maria Cândida Proença e António Pedro Manique³ e o papel dinamizador da Associação de Professores de História.

Por esse tempo, também os programas oficiais e os seus documentos anexos, num quadro de reforma curricular, procuraram reflectir, nas orientações gerais e mais claramente nas sugestões práticas, esse desejável lugar da história local, numa escola mais rica, do ponto de vista formativo, mais dinâmica, na aposta em métodos activos, e mais integrada no meio, tal como o investimento na Área-Escola veio então realçar.

Paralelamente, a revalorização cultural e científica da história local e regional merecera, entretanto, importantes textos de reflexão e de orientação. Partindo de meios académicos, expressam uma particular percepção dos progressos internacionalmente verificados e a sensibilidade de autores muito ligados à investigação histórica, cientes das vantagens de um campo de estudo, significativamente, bem explorado em teses de doutoramento⁴. Reflectindo perspectivas actualizadas da História e do trabalho do historiador, a história local era enfatizada mediante uma consciência ampla da sua temática e um novo entendimento das suas potencialidades para a (re)elaboração da história geral, demarcando-se bem da ideia de mero provincianismo historiográfico.

No plano da divulgação, destacamos, em especial, na Universidade de Coimbra, os contributos, na década de oitenta, dos professores Jorge de Alarcão⁵, Luís Reis Torgal⁶ e José Amado Mendes⁷. A obra do primeiro destes autores corresponde particularmente à necessidade de uma ampla e sistemática

² Maria do Céu Roldão, “O papel da realidade regional e local na aprendizagem significativa da História/Estudos Sociais”, *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, Portalegre, E.S.E. de Portalegre, 1990.

³ António Pedro Manique; Maria Cândida Proença, *Didáctica da História: Património e História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1994.

⁴ No mesmo período destacamos, nomeadamente, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, as teses de João Lourenço Roque (1982), José M. Amado Mendes (1984), Rui Cascão (1989) e Irene M. Vaquinhas (1990), todas subordinadas a uma focagem local/regional, no distrito de Coimbra.

⁵ Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia e de História da Arte, 1982.

⁶ Luís Reis Torgal, “História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional”, *Revista de História das Ideias*, IX, 1987.

⁷ José M. Amado Mendes, “História Económica e Social: vertentes local e industrial”, *Munda*, 15, Maio de 1988; “Para uma nova história local: reflexões e perspectivas”, *Beira Alta*, XLIX, 1990. Mais tarde publicou “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”, *Revista Portuguesa de História*, XXXIV, 2000.

indicação de bases e pistas concretas de estudo, nomeadamente, no que respeita a fontes e bibliografia de pesquisa.

A Inglaterra constitui nesta matéria um exemplo notável que nos merece uma referência especial⁸. Avulta nesse país, como referência, a obra, de William G. Hoskins, *Local History in England*, surgida em 1959, que influenciou bastante a forma como a história local foi estudada, a todos os níveis de abordagem. Na sua terceira edição, já na década de oitenta⁹, este professor pôde reafirmar os seus objectivos de apoio prático a uma divulgação muito alargada do estudo da história local e regional, tendo uma clara consciência retrospectiva da sua importância na sociedade do nosso tempo¹⁰. É, pois, com lucidez que reconheceu o crescente interesse e a procura incessante de orientação, relativamente a estas áreas de estudo.

Como factores explicativos dessa realidade, Hoskins refere algumas condições gerais contemporâneas, designadamente, a crescente complexidade da vida, o aumento da dimensão das organizações, no nosso relacionamento, e a evidente perda de traços do passado, perante um progresso avassalador. Trata-se de uma evolução que, em contrapartida, pode, na verdade, estimular o interesse por realidades históricas mais particulares, relacionadas com um sentido de pertença.

Questionar o âmbito de estudo local e regional leva-nos, pois, a vários títulos, ao inerente debate da articulação do particular e do mais geral, especialmente estimulado pelas perspectivas de universalidade do nosso tempo que, multiplicando-se nas suas várias vertentes, nos levaram, como sabemos, à noção actual de globalização.

Para lá da motivação decorrente da valorização de uma identidade, num estudo de onde se poderia retirar um especial significado, Hoskins destaca outro importante factor, mais concreto. Perante a dimensão e a complexidade dos problemas modernos, ganharam destaque, no âmbito local e regional, as possibilidades de

⁸ Citamos alguns bons exemplos de obras de apoio ao estudo da história local: David Dymond, *Writing Local History: A practical guide*, London, Bedford Square Press, 1982; Philip Riden, *Local History: A handbook for beginners*, London, Batsford, 1983 e *Record Sources for Local History*, London, Batsford, 1987; Michael Drake; Ruth Finnegan (eds.), *Sources and Methods for Family and Community Historians: A handbook*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994; James Griffin, David Eddershaw, *Using Local History Sources*, London, Hodder & Stoughton, 1994.

⁹ W. G. Hoskins, *Local History in England*, 3ª edição, 5ª impressão, Londres/Nova York, Longman, 1993.

¹⁰ Um aspecto interessante da expansão destes estudos, no mesmo país, foi o desenvolvimento de uma prática associativa dinâmica e de publicações periódicas especializadas. Destacamos, em especial, a British Association for Local History e as suas publicações *The Local Historian* e *Local History News*.

exploração de uma escala de estudo delimitada, cuja apreensão parece estar, vantajosamente, ao nosso alcance.

Partindo destas linhas, há, na verdade, que relembrar as expectativas criadas em torno de uma nova história local, tendo por base uma reformulação de conceitos e um sentido aprofundado das suas potencialidades no contexto actual.

Temos em mente, nomeadamente, alguns tópicos fundamentais sugeridos por um artigo do professor Amado Mendes, publicado em 1990. Destacamos, em concreto, a possibilidade de, perante as histórias gerais, a história local poder contribuir para a correcção de “teorias ou generalizações apressadas”, o facto de proporcionar um quadro de pesquisa restringido a “dimensões razoáveis”, paradoxalmente, favorável a uma maior abrangência de focagem, a “valorização do concreto” como caminho bem fundamentado, capaz de facultar elementos para uma melhor compreensão do processo histórico mais geral, a possibilidade de realçar vertentes de estudo, menos evidenciadas pelas vias de abordagem habituais, e a aproximação do vivido, favorecendo um “humanizar” da história geral, ao contrapor “ao anonimato dos números e das estatísticas, o individual, o particular, o específico”¹¹.

Na evolução recente do debate historiográfico, o valor funcional de uma adequada redução da escala de observação, possível na história local e regional, tem vindo a ser enfatizado no contexto dos estudos históricos. Recordamos, sumariamente, a influência de factores como a diversidade de fontes a explorar, a abertura de novos territórios e a multiplicação dos objectos de estudo, a dimensão interdisciplinar, as novas perspectivas de problematização e os novos procedimentos metodológicos, associados, por exemplo, ao levantamento sistemático e ao tratamento de longas séries de dados. A amplitude e a complexidade dos problemas que procuramos tratar na investigação actual têm reafirmado, pois, um sentido de valorização da história local e regional enquanto terreno razoavelmente restrito e coerente de investigação.

A evolução verificada reflectiu, ainda, um quadro de crise de paradigmas com o desenvolvimento de uma particular consciência das limitações e fragilidades da história síntese, designadamente no que concerne ao seu comprometimento, de sentido mais ou menos ideológico, relativamente a sistemas funcionalistas, como o positivismo, o marxismo e o estruturalismo.

Também, neste sentido, as oportunidades de investigação no âmbito da história local e regional parecem corresponder bem à necessidade actual de desenvolver estudos solidamente alicerçados em novos dados de base, podendo

¹¹ José M. Amado Mendes, “Para uma nova história local: reflexões e perspectivas”, pp. 128-129.

explorar-se um campo de pesquisa de realidades concretas, coerentemente interligadas, a tratar metodicamente num dado quadro de problematização. Trata-se de caminhos potencialmente favoráveis ao reforço de uma segurança crítica e ao exercício de uma capacidade interpretativa, potencialmente abrangente e integradora, no contexto de uma expansão fundamentada do nosso conhecimento.

Passa, pois, também pelo âmbito local e regional a atenção que vem sendo concedida a abordagens na linha do “estudo de caso” e o empenho no desenvolvimento de estudos de sólida base “empírica”. Com benefício para a história geral, poderão ajudar a esclarecer aspectos menos conhecidos, destacar especificidades, estabelecer inter-relações, recolocar questões de alcance mais geral, aferir generalizações e redireccionar pesquisas. Aprofundam-se, pois, caminhos de articulação entre o local e o global, tema central, que obviamente retomaremos nestas reflexões.

As perspectivas definidas são especialmente importantes para uma real exploração prática do referido alargamento do objecto de estudo da história, capaz de levar à valorização dos diversos aspectos da vida em sociedade. No campo dos estudos locais, o mais perfeito reconhecimento do potencial significado dessas realidades permite em especial ultrapassar as limitações decorrentes de uma visão restrita da História. Nesse sentido esclarecido de abordagem, fica claro, nomeadamente, como há um importante espaço de significado para a história do quotidiano, das pessoas comuns, das empresas, do trabalho, do lazer...

Abrindo-se um amplo campo de possibilidades de estudo, num novo quadro conceptual, a escola podia, assim, também, explorar, mais em geral, a “história à nossa volta”, na condição de existirem recursos adequados e de se saber definir correctamente uma abordagem. Aliás, jogava também a favor desse aproveitamento a valorização da história recente e a consciência da aceleração da história no século XX, o que de algum modo manteve traços de um mundo antigo, até tempos relativamente próximos.

No domínio específico do ensino da História, esta relevância da história local foi, como se compreende, também, enfatizada em função de concepções pedagógicas, com expressão na didáctica da disciplina. Inseriu-se, em especial, no contexto da valorização de uma prática pedagógica mais centrada na participação do aluno e em métodos activos que, partindo da exploração de recursos concretos, melhor permitissem desenvolver conhecimentos, competências e valores. Promoveu-se um caminhar do concreto ao abstracto e, mediante novos contributos, relacionou-se, crescentemente, o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa com uma progressão, mais estruturada, partindo do conhecido e do já adquirido, para a compreensão de realidades mais vastas e complexas.

Foi, naturalmente, fundamental, nesta matéria, a valorização pedagógica da análise do documento histórico e, por essa via, entretanto “dessacralizada”, a defesa de um contacto, mais ou menos mediatizado, com as fontes e o método de trabalho do historiador. Servindo uma compreensão geral dos conteúdos em estudo, podia, assim, retirar-se, ainda, o benefício de uma maior acção formativa da disciplina, com um sentido rico do valor das competências associadas. Como se compreende, toda essa perspectiva prática de desenvolvimento de competências históricas, particularmente possível por via da exploração dos recursos do meio, é tributária da já referida evolução geral do conceito de documento histórico, bem como de uma vasta reflexão produzida, e, entretanto, muito divulgada, sobre o ofício do historiador.

Como exemplo da revalorização de testemunhos próximos, a reconhecer no meio envolvente, citamos a exploração de vestígios materiais ou ainda de testemunhos orais, num quadro de vida local. No primeiro caso, há que reconstituir funções e significados de elementos que existiram inseridos em contextos de vida do passado e que, portanto, são testemunhos válidos de uma época. No segundo caso, reflecte-se também aqui uma nova atitude mais geral, perante o significado dos testemunhos orais. Depois de terem sido penalizados, em virtude da sua inerente subjectividade, por uma linha de apreciação de pendor positivista, passaram a ser particularmente valorizados, desde que sujeitos a um outro entendimento crítico¹². Afinal, nem todas as dimensões do real vivido perduram claramente expressas nos documentos escritos e esta selecção é bastante condicionada pelos critérios de valorização da própria época e dos tempos subsequentes, havendo sectores sociais e aspectos da realidade histórica que ficam, dessa forma, menos documentados.

Em ambos os casos, o que no quotidiano se banaliza, despreza ou esquece, pode ganhar importantes contornos de significado e valor formativo se for apropriadamente questionado, sujeito a um juízo crítico e integrado numa leitura histórica mais ampla. Daí terem-se publicado contributos, bastante úteis,

¹² A designação de história oral, entretanto utilizada, merece, contudo, alguma reflexão crítica, uma vez que a reconhecida subjectividade deste tipo de testemunhos, recomenda uma metodologia específica de exploração que passa pelo cruzamento de testemunhos e precisamente pela sua integração numa informação mais vasta, considerando fontes de diversa natureza. Não pode haver uma história com contornos de cientificidade exclusivamente escrita com base em testemunhos orais, como aquela designação poderia sugerir. Também nesta matéria surgiu literatura específica de grande interesse, podendo destacar-se: Stephen Humphries, *The Handbook of Oral History: Recording life stories*, London, Inter-Action Inprint, 1984 e Valerie Raleigh Yow, *Recording Oral History: A practical guide for social scientists*, London, Sage Publications, 1994 (com uma segunda edição reformulada em 2005).

apresentando sugestões e orientando o professor no possível desenvolvimento de um trabalho que exige esforço de preparação e pressupõe o domínio de uma metodologia¹³.

As indicações de possível exploração prática complementavam um esforço de sistemática identificação de oportunidades de estudo, no contexto de um novo olhar sobre o meio. Havia que assumir o potencial significado de tudo, pois que até “cada laje do pavimento, cada edifício, cada folha de relva” tinha uma história¹⁴. Era necessário, portanto, estimular essa particular atenção, sabendo-se como as oportunidades do meio próximo, sendo naturalmente variáveis, se revelam, por regra, mais vastas do que parece evidente à primeira vista¹⁵.

Enumeraram-se, assim, com entusiasmo, múltiplos exemplos de temas de trabalho. A esse título, é bastante representativa a obra de W. B. Stephens, *Teaching Local History*, em 1977¹⁶. O autor evidencia, aos nossos olhos, simultaneamente, as potencialidades e os excessos dessa linha de abordagem dominada por uma nova consciência do que podia ser explorado no mundo próximo, a par de uma crença exagerada quanto ao nível de exploração possível, no quadro de uma exaltação da história local e dos recursos do meio, no âmbito escolar. Esforça-se, na verdade, por descrever um universo de estudo particularmente rico, no sentido de apoiar os professores, fundamentalmente, na perspectiva aprofundada de um exercício muito próximo da “história ciência”, com base num exigente trabalho sobre fontes históricas.

Depois da história local ter sido encarada, principalmente, como um mero campo de onde se podiam extrair exemplos ilustrativos de temas gerais, passara a revestir-se, claramente, também para a escola, de um reconhecido interesse próprio, quer como objecto de estudo específico, quer como domínio a explorar no apoio ao estudo da história geral, mercê das articulações possíveis, não só ilustrando, mas ajudando a compreender. Aliás, esta questão reflectia algum debate teórico que vinha das décadas de cinquenta e de sessenta quanto

¹³ Recordamos a propósito a divulgação de trabalhos, particularmente acessíveis, como os de Henry Pluckrose, no caso da Inglaterra, desde inícios dos anos setenta, principalmente, *Let's Use the Locality: A handbook for Teachers*, Mills and Boon Limited, 1971 e *Children Learning History*, Blackwell, 1991 (com destaque para o capítulo “History through community studies”).

¹⁴ Pamela Mays, *Teaching Children Through the Environment*, London, Hodder and Stoughton, 1985, pág. 142.

¹⁵ W.H. Burston; C.W. Green (eds.), *Handbook for History Teachers*, London, Methuen Educational, 1972, pág. 77.

¹⁶ W.B. Stephens, *Teaching Local History*, Manchester, Manchester University Press, 1977.

à afirmação da história local, como área distinta, ou não, no contexto dos estudos históricos¹⁷.

A história local devia servir a promoção de um ensino mais motivador e potencialmente rico, numa perspectiva formativa mais ampla. A focagem de aspectos históricos do meio envolvente deveria estar associada a métodos activos, apostando-se, não tanto na transmissão de um saber feito, mas nas vantagens do trabalho prático. Dentro de um espírito de renovação próprio da época, procurava-se aproximar a escola da vida, enfatizando o desenvolvimento de interesses e capacidades. O professor não devia revestir as verberadas características de antiquário, tal como a escola não devia ficar cativa do academismo. Numa perspectiva activa, cabia-lhe, naturalmente, neste campo, valorizar em especial o contacto com as fontes e o exercício de métodos de pesquisa. Favorecia-se, pois, também aqui, algum caminho de utopia, relativamente ao trabalho de alunos e professores, na exploração das realidades envolventes, um pouco à imagem do “cientista social”¹⁸.

A realidade local foi, pois, destacada como um importante terreno concreto que proporcionava um proveitoso estudo prático e o estabelecimento de articulações significativas, tendo em conta as temáticas gerais. Neste aspecto, frisou-se muito correctamente que os estudos locais não poderiam estar imbuídos de um carácter paroquial ou de um qualquer sentido limitativo. Deviam ajudar, sem dúvida, a descobrir o que nos rodeia de forma mais imediata, mas teriam de ser desenvolvidos no sentido de amplificar o conhecimento e a experiência para lá da localidade. O conhecido deveria constituir uma ponte para o desconhecido e um campo de focagem que possibilitasse a comparação e o contraste.

A definição dos possíveis objectos de estudo seguiu, naturalmente, o caminho desbravado pela investigação histórica, alargando-se, assim, como sabemos, esse interesse a aspectos da realidade anteriormente menos valorizados. Com o tempo, reflectiram-se, evidentemente, algumas preocupações mais dominantes, como aconteceu com a história económica e, por exemplo, o estudo

¹⁷ Nesta afirmação da história local, destacaram-se os historiadores ligados ou influenciados pela actividade do departamento de História Local Inglesa da Universidade de Leicester, onde além de Hoskins, avultou o nome do professor Finberg, autor com V.H.T. Skipp, da obra *Local History: Objective and Pursuit* (Newton Abbot, 1967).

¹⁸ W.H. Burston; C.W. Green (eds.), *Handbook for History Teachers*, pp. 87-88.

do património industrial¹⁹, ou mais recentemente com a atenção prestada ao social e cultural²⁰.

Acentuou-se um distanciamento crítico relativamente à mera inventariação de factos e ao registo essencialmente descritivo, defendendo-se abordagens com maior sentido interpretativo, em torno de problemas bem formulados e potencialmente relevantes. A utilidade da história local só se podia consolidar, nos diversos campos de possível interesse, em função de um correcto entendimento da importância desses adequados quadros de problematização.

A exploração da história local no âmbito escolar não se perfila hoje como uma reprodução tão próxima quanto possível do trabalho do historiador, reconhecidamente exigente, complexo e moroso. Está, essencialmente, em causa a concepção e concretização de experiências de aprendizagem, oportunas, adequadas e relevantes em função de um contexto curricular, das possibilidades do meio, das características dos alunos e de objectivos claros. Envolve, por isso, um importante trabalho de mediação, numa formulação de natureza pedagógica, por parte do professor e da escola, relativamente a experiências restritas, equilibradas, tanto quanto possível exequíveis e eficazes, em termos de real benefício. Podendo discutir-se a pertinência dos vários vectores de interesse, estes apresentam-se, basicamente, nos domínios da compreensão da realidade histórica e da motivação para o seu estudo, no do desenvolvimento das competências potencialmente associadas e no da sensibilização para problemáticas, particularmente significativas, envolvendo atitudes e valores.

À percepção, já conhecida, da utilidade da história local, veio, na verdade, juntar-se, mais em geral, o desenvolvimento de um sentido da importância não só da educação pelo meio, mas da educação para o meio, no contexto de uma crescente preocupação relativamente ao desiderato de uma formação global, numa educação para a cidadania. Na nossa escola, a história local e regional pode ultrapassar, em especial, nesse sentido, os limites do âmbito disciplinar e tem sido, por isso, repetidamente solicitada, integrando projectos diversos na articulação escola-meio. Nesta vertente, há domínios de abordagem particularmente importantes, cumprindo destacar, nomeadamente, as possibi-

¹⁹ A título de exemplo, citamos os seguintes artigos publicados, em inícios da década de setenta, na revista britânica *Teaching History*: Roger Symonds e William Shreeves, "Industrial Archaeology in the Sixth Form" (vol. II, nº 5, 1971); Donald W. Mack, "Industrial Archaeology in the Primary School" (vol. III, nº 9, 1973).

²⁰ Lembramos, também na revista citada, um exemplo relativo a este interesse, já num outro momento: Dave Welbourne, "Deconstruction to Reconstruction: An Approach to Women's History through Local History" (*Teaching History*, nº 59, Abril de 1990).

lidades decorrentes de uma visão mais rica da Educação Ambiental e, principalmente, da actual pertinência da Educação Patrimonial.

São estas algumas das perspectivas de fundo que presidiram ao cruzamento dos caminhos da “história ciência” e da “história docência” no que concerne à história local. A seu propósito, não será demais salientar, contudo, também aqui, tanto a importância de uma estreita interdependência, como a existência de especificidades próprias e de critérios bem distintos. Aliás, neste domínio, as contradições inerentes a uma transposição precipitada ou utópica, da história ciência para o terreno pedagógico, ficaram por demais evidentes.

2. Justifica-se uma referência, necessariamente muito sintética, relativamente a algumas das principais orientações que se têm apresentado ao professor de História, como decorrentes de um novo modelo de história local, em contraste com uma visão crítica de uma história local “tradicional” cujas marcas permanecem, todavia, bem nítidas. Valerá a pena, também, alongarmo-nos, um pouco mais concretamente, na sistematização de algumas linhas orientadoras, relativamente à exploração pedagógica da história local, decorrentes daquela renovação mais geral de conceitos.

Muita da bibliografia existente, dedicada à história local, corresponde ao desejo de “fazer a história” de uma povoação, freguesia ou concelho, coligindo tudo o que aconteceu à escala local, ao longo dos tempos²¹. É conhecida, aliás, a tendência para fazer remontar a um passado muito distante a antiguidade da localidade estudada, como forma de enfatizar a sua notoriedade.

Independentemente da seriedade e da utilidade deste trabalho, resulta claro que este tipo de abordagem, pela sua extensão e generalidade, comporta limitações, no que concerne à possibilidade de desenvolvimento das várias temáticas e, relativamente às provas de pretensa antiguidade, é frequente a insegurança das afirmações.

²¹ Trata-se de um objectivo que persistiu associado a um determinado modelo de estudo monográfico. Num colóquio organizado, em 1975, pela Academia Portuguesa da História, a finalidade destas monografias foi assim formulada: “reunir em um só conjunto tudo quanto interessa ao passado de uma região” (António Machado de Faria, “Considerações acerca da importância da história local relativamente à do país”, *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal: Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pág. 2).

O perfil de muitos autores pode contribuir para a perpetuação de visões tradicionais e uma prática desfasada das orientações da historiografia contemporânea, mais cultivadas em meios académicos. Trata-se frequentemente de amadores locais, muito interessados na história da sua localidade ou região, mas sem formação específica e normalmente algo isolados relativamente aos estudiosos e à dinâmica cultural dos principais centros.

Nestas condições, perdura ainda a tendência para uma história muito centrada no factual, procurando apresentar, com variável articulação, um conjunto de eventos notáveis. Destacam-se, também, personagens locais ilustres e anotam-se, com um sentido essencialmente descritivo, factos minuciosos e curiosidades.

Em certos casos, continua a fazer sentido a crítica às limitações de um mero empenho em coligir, de forma mais ou menos exaustiva, informação diversa relativa à localidade ou região. Mas, se hoje importa ir mais além na abordagem dos temas, aquela abrangência, em antigos trabalhos monográficos, pode revestir-se para nós de particular interesse pela recolha de dados efectuada, em campos, afinal, menos tratados pela historiografia geral da época.

Em função do perfil dos autores e da sua motivação concreta, verificou-se a recorrência de abordagens demasiado centradas no particularismo local e regional, quando importa desenvolver estudos com outro sentido integrador. De qualquer forma, a publicação de dados locais originais, alvo de um levantamento criterioso, poderá ser sempre, como vemos, um elemento relevante para a utilidade mais geral do trabalho.

O estudo de fontes originais não merece, por vezes, o desejável investimento, correndo-se o risco de autores menos preparados facilmente propagarem de forma pouco crítica a informação já anteriormente publicada. Contudo, o recurso às fontes também exige condições de rigor metodológico, de clara consciência do processo histórico e de domínio de informação contextual, que não são fáceis de reunir. A possibilidade de um uso menos correcto pode, inclusivamente, passar por um deficiente distanciamento crítico, ficando o texto de síntese demasiado preso à sua descrição e à directa influência do seu conteúdo.

O critério de objectividade, por que reconhecidamente se deve pautar o historiador, pode ser particularmente prejudicado por via de uma intenção de excessivo enaltecimento local, ou seja, por um sentido “bairrista” que, na verdade, não deve ultrapassar um efeito de mera motivação pessoal. Note-se, contudo, que este tipo de pressão decorre por vezes das próprias expectativas criadas no meio local, relativamente ao que se espera de uma monografia.

Este pendor pode estimular o recurso a um discurso demasiado pretensioso no esforço de realçar os traços notáveis de uma terra ou região. Aliás, a crítica às características dos textos usualmente elaborados não foi esquecida pelos

autores que se têm preocupado com a divulgação e o incremento de uma nova prática da história local. Para lá daquele aspecto, deve evitar-se um discurso subjectivo e impreciso, preferindo-se, obviamente, um texto claro e directo²².

Como se compreende, estas notas críticas têm em mente as propostas de uma nova história local irradiadas nas últimas décadas a partir de meios académicos que procuraram definir uma melhor exploração, reconhecendo as potencialidades da história local, no contexto da investigação história. Na sua perspectiva, o interesse destes estudos para as comunidades locais deve, saudavelmente, subordinar-se a um critério de natureza científica, de valor mais geral. Este facto de modo algum deve significar uma desvalorização das várias frentes de interesse prático destes estudos, em função de um impacto no meio que passa pelas suas diversas vertentes de aplicação.

O estudioso local tem uma função importante a desempenhar pelo que todos ganharemos com o aperfeiçoamento do seu trabalho, tendo por referência perspectivas científicas criteriosas e actualizadas. A paixão de autores e leitores, empenhados na valorização de uma região, pode ser, sem dúvida, fonte de mal entendidos, mas há que canalizá-la proveitosamente, mediante uma melhor informação. Melhorando a comunicação entre os diferentes meios, poderá proporcionar-se o contacto com novas perspectivas e critérios de estudo, bem como o conhecimento de outros exemplos concretos de trabalho.

Parece evidente não poder resultar daqui a esperança do desenvolvimento de um mesmo nível de problematização, em especial, no que concerne à articulação do local ao global. Na verdade, esta é particularmente importante para o investigador que se interessa por este âmbito de estudo, precisamente, animado, não tanto por um mero sentido local, mas pela crença num interesse científico mais geral. No essencial, tem em vista o estudo de referências mais precisas e coerentes, numa escala de análise restrita, favorável a uma compreensão de problemáticas, a integrar em leituras mais gerais.

Como temos ressaltado, embora possa ser menos ambicioso, o trabalho do estudioso local deverá revestir-se também de uma utilidade mais ampla, transcendendo o interesse local e regional. Contudo, esse valor passará sempre por uma aferição de critérios historiográficos, como garantia de uma informação segura, utilizável por outros investigadores.

²² Veja-se, por exemplo, David Dymond, *Writing Local History: A practical guide*, pp. 37-39.

Num contexto de novas orientações vamos reencontrar, sem dúvida, traços já antigos desta temática²³, mas agora integrados num outro quadro de entendimento e valorização. Assim acontece com a enfatização dessa articulação entre a história local e a história mais geral. Cresceu a consciência de que a primeira, só tem pleno sentido, se for bem explorada na sua articulação relativamente a âmbitos históricos mais amplos. Mas sabemos, também, como a história geral tem a ganhar com esse estudo, na elucidação de problemáticas e realidades, fundamentais para a construção de sínteses mais correctas e completas.

Nessa perspectiva, considera-se fundamental evidenciar a importância da comparabilidade dos estudos locais, mais uma vez, só inteiramente possível se bem orientados, escrupulosamente desenvolvidos e, portanto, genericamente válidos. Há que conhecer melhor a diversidade que compõe o todo, compreendendo como este integra particularidades e dinâmicas de articulação. Daí basicamente se propor a comparação da realidade local relativamente aos dados globais, aferindo até que ponto se mostra como ilustração de um quadro geral ou como especificidade, algo divergente do mesmo. Também nessa linha, reveste-se do maior interesse a comparação entre diferentes realidades particulares, revelando uma determinada multiplicidade a considerar na dinâmica de uma realidade histórica mais vasta.

Distanciando-se de uma imagem de história, alinhando o que “aconteceu” ao longo dos tempos, a história local não deverá, como sabemos, ser cultivada como um mero amontoado de factos e curiosidades. Uma abordagem cientificamente mais válida passa, designadamente, por focagens com uma outra perspectiva do objecto de estudo e desenvolvidas mediante um outro sentido de problematização. Propõe-se, assim, o estudo das realidades locais através da consideração de problemáticas restritas, dentro de um âmbito cronológico limitado, como via para um estudo mais profundo, capaz de proporcionar uma melhor compreensão dos fenómenos.

A noção de uma história temática parece aqui particularmente ajustada, tendo em conta, por um lado, o alargamento do objecto de estudo da disciplina e, por outro lado, as reais possibilidades de concretização, dada a grande exigência de tempo e de trabalho, mesmo num campo de estudo convenientemente delimitado como o da história local. O equilíbrio dessa abordagem desenha-se no distanciamento relativamente às ideias, quer de uma história total, quer de uma história sectorial. Estando ultrapassada a discussão da primeira, cumpre hoje

²³ Ilustrando o passado de algumas destas questões, recordamos o contributo de P. M. Laranjo Coelho, em *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

também considerar as limitações da segunda que, se mal entendida, parece apontar para uma indesejável fragmentação.

Ora precisamente uma das potencialidades de uma nova história local é a possibilidade de, num campo de abordagem restrito, poder proporcionar uma visão integradora, articulando os diversos aspectos da realidade histórica, embora, normalmente, em função de perspectivas de problematização prioritárias, dentro de um âmbito temático. Está naturalmente em causa, não só a percepção de um objecto de estudo alargado, mas também uma concepção dinâmica da história, desde a vida material às manifestações culturais, podendo estudar-se desde logo a relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente com o qual interagiram e no contexto do qual se relacionaram.

Esta abrangência está bem expressa no actual interesse pelas realidades sociais, com uma consciência da sua amplitude e interconexão, relativamente a problemáticas múltiplas, numa vida em comunidade. A amplificação do nosso conhecimento passa, pois, por um novo interrogar da realidade, mediante focagens problematizadoras que, naturalmente, tenham em conta o recurso às mais diversas fontes originais disponíveis e a adequadas práticas metodológicas. Perante a informação existente, será esse o caminho para uma revisão crítica e a desejada progressão dos estudos.

As perspectivas referidas devem ser bem compreendidas no quadro do ensino da História e da actividade mais geral do professor de História. Esclarecidos os necessários critérios de transposição pedagógica, importa saber explorar as oportunidades abertas, tendo em mente objectivos claros, no contexto da escola e da sociedade do nosso tempo.

Reconhecidas as articulações válidas, entre a ciência e a docência, há, na verdade, que questionar sempre um sentido de relevância e de oportunidade, no âmbito próprio do ensino da História e da realidade escolar. Trata-se de um domínio da especial responsabilidade do professor e do estabelecimento de ensino, uma vez que as indicações programáticas têm normalmente um sentido geral e, por definição, na área da história local e regional, as matérias a considerar e as perspectivas de exploração só localmente podem ser inteiramente definidas, em função dos recursos e das demais condições concretas.

Limitamo-nos aqui, naturalmente, a salientar algumas questões gerais, enfatizando o sentido de adequação e realismo que deve presidir à implementação de uma experiência de aprendizagem no âmbito escolar e destacando, muito em particular, a especificidade do domínio da “história docência”, perante a “história ciência”.

Têm sido muito enumeradas as vantagens pedagógicas da exploração da história local e regional. Citamos algumas das mais comuns, com a consciência

de aqui constituírem apenas pontos de reflexão, estando em aberto a aferição pelos professores da sua real pertinência nos diversos contextos de trabalho, a par dos novos contributos teóricos específicos que certamente continuarão a surgir na área da didáctica.

Como referimos, pode passar por aqui a abordagem de aspectos da história geral, propiciando uma maior motivação e compreensão dos alunos, especialmente, em virtude de se recorrer a um universo de referências que lhes são familiares e de se explorar elementos concretos, de mais fácil apreensão, no esclarecer de problemáticas mais gerais e abstractas. Proximidade afectiva, disponibilidade de recursos concretos e oportunidades de exploração temática poderão, em particular, ser aqui factores potencialmente favoráveis. A intenção desta abordagem deverá, portanto, transcender a mera função ilustrativa.

Sendo propícia à implementação de métodos activos, a exploração de testemunhos, relativos ao meio próximo, sob apropriada selecção e orientação do professor, pode representar uma importante oportunidade para o exercício, devidamente mediatizado, de competências históricas, de apreciável valor formativo, e para o contacto com conceitos específicos, expressos numa terminologia. A diversidade de fontes é saudável também neste sentido pedagógico ao permitir o exercício de diferentes formas de um metódico questionar crítico. Como exemplo, lembramos as múltiplas fichas com questionários de exploração que os professores têm desenvolvido, perante recursos menos tradicionais, como no caso de percursos urbanos e na natureza, edificações, artefactos, obras de arte...

Destaca-se ainda aqui um factor de motivação particular, para lá do possível envolvimento afectivo referido, uma vez que a curiosidade e o interesse pela descoberta podem estar muito associados à implementação desses métodos activos. Aliás, a necessidade de uma especial motivação do aluno será tanto mais importante quanto mais entendermos apostar no seu trabalho.

O interesse por dados concretos e relativos ao meio próximo associa-se também ao eventual efeito positivo de uma maior humanização da história. Aproximando-se de um contexto vivido, com determinadas personagens individuais e colectivas, pode levar nomeadamente o aluno a compreender a problemática histórica numa dimensão mais real, significativa e envolvente, com a possibilidade de suscitar, por exemplo, reacções de identificação ou de posicionamento crítico.

O desenvolvimento de atitudes na área da cidadania pode ter aqui, obviamente, um terreno propício, visto que a abordagem histórica possibilita um contributo fundamental na observação e no estudo do meio, fomentando assim uma interacção mais responsável com o mesmo e uma particular sensibilização

para as diversas problemáticas inerentes à nossa vida em comunidade. O conhecer e o procurar compreender é um caminho para um reflectir, envolvendo valores, e um intervir que se espera mais empenhado e consciente.

Na perspectiva de uma tal tomada de consciência, tem-se destacado o contributo muito particular dos estudos locais e regionais para o desenvolvimento de um sentido identitário que estimule atitudes responsáveis naquela defesa e promoção dos interesses colectivos. Os domínios do equilíbrio ambiental, da preservação do património cultural e da multiculturalidade são hoje, por exemplo, particularmente pertinentes.

Teremos, é claro, de ressaltar que tal caminho de aprofundamento do sentido de pertença a uma comunidade, com uma determinada matriz histórica e cultural específica, não pode ter a ver com o estímulo de um sentimento de diferença capaz de alimentar atitudes de intolerância ou xenofobia. O mundo de crescente globalização, que actualmente se desenha, deverá saber integrar e respeitar a diversidade, valorizando-a como riqueza cultural, bem como estimular todo o diálogo intercultural possível.

Além de um sentido claro da natureza dos objectivos em causa, a preparação de uma experiência de aprendizagem, na área da história local, exige, como se sabe, uma cuidadosa avaliação de condições e escolhas criteriosas na área de autonomia do professor e da escola, em interacção com um meio. A definição desse desafio deverá reflectir, naturalmente, uma consciência actualizada, tanto de perspectivas científicas como pedagógicas.

Tendo em conta as concepções referidas, terá de reconhecer-se a existência de um amplo leque de possibilidades, de acordo com um conceito “elástico” de história local, permitindo o tratamento de aspectos muito diversos, com o natural limite da existência de condições concretas de abordagem. A focagem em causa deverá centrar-se num objecto de estudo razoavelmente delimitado, do ponto de vista cronológico e temático, mas estruturado, como temos dito, de acordo com um sentido integrador de realidades. Neste aspecto, deverá avultar o factor humano de uma história com pessoas, no quadro de uma dinâmica abrangente do vivido. A pertinência da interligação entre o local e o global será outra vertente essencial, colhendo-se os benefícios da articulação do concreto estudado com temáticas relevantes da história geral.

Explorar um espaço de autonomia exige, nomeadamente, iniciativa, trabalho e responsabilidade. Pressupõe aqui, obviamente, um esforço de preparação dos docentes que, em boa parte, terá de ser desenvolvido no contexto do meio em que cada escola se insere. Só conhecedor das suas especificidades e oportunidades de trabalho, o professor poderá enriquecer, neste domínio, a sua acção pedagógica, tanto na disciplina de História, como noutras áreas curriculares e em actividades

extracurriculares. Por via de uma maior integração no meio, é possível, mesmo, que se criem condições para desenvolver, sob diversas formas, uma intervenção particularmente valiosa, também fora do âmbito escolar, junto da comunidade em geral.

Apresentamos, como sugestões práticas de preparação, a consulta de estudos monográficos e de outras publicações referentes à região, o apelo à colaboração dos alunos e dos seus familiares na recolha de informação e de testemunhos, o estudo de plantas da localidade e de mapas da região, a respectiva visita atenta, com o registo de notas de interesse, a recolha de guias, brochuras de divulgação, fotografias e outros materiais, com valor informativo e documental, o contacto com agremiações e instituições de índole cultural, o diálogo com eventuais estudiosos locais e com colegas mais experientes, a localização e mesmo reprodução (nomeadamente, por digitalização) de documentos de especial interesse e, para não alongarmos esta enumeração, a reflexão, em especial, sobre a articulação dos diversos tópicos de interesse da realidade local com a história geral e a possibilidade de relacionamento entre diferentes temáticas, num âmbito interdisciplinar.

A mobilidade do quadro docente e a falta de continuidade de muitos projectos nas nossas escolas contribuem, frequentemente, para um recomeçar sucessivo em que se perde muito do esforço já anteriormente realizado, podendo levar a um renovar, fastidioso e injustificado, de pedidos de colaboração. A mais fácil integração dos professores, na escola e no meio, e a maior garantia de disponibilidade de recursos, estão entre os factores que aconselham a criação e dinamização de um centro de documentação local e regional nas escolas. Acrescente-se que uma proposta deste tipo consta já expressamente de um dos programas de História do Ensino Secundário, actualmente vigentes²⁴. Aliás, no mesmo documento, a bibliografia relativa à história local e ao património merece um destaque particular, à margem da bibliografia geral, precisamente como forma de sensibilização para estes temas.

3. Depois de termos procurado clarificar um quadro de conceitos e práticas, interessa questionar um pouco mais, tanto a fecundidade, como a complexidade de algumas das perspectivas avançadas, com destaque para a articulação fundamental entre o local e o global.

²⁴ Referimo-nos ao programa de História C, do 10º Ano, homologado em 22 de Fevereiro de 2001, para o curso tecnológico de Acção Social, de que fomos co-autores.

A evolução recente da investigação histórica tem, sem dúvida, continuado a abrir novas perspectivas de estudo, no âmbito local e regional, e reforçou a percepção da sua importância. É, no entanto, necessário reconhecer também que, simultaneamente, se tem realçado o sentido da complexidade dessa exploração e, naturalmente, das exigências decorrentes. Esse facto será particularmente sensível em trabalhos situados mais no plano da “história ciência”, com um especial critério de qualidade quanto à metodologia e ao valor do seu contributo, forçados, portanto, a desafiar perspectivas de aparente simplicidade.

Há, como se sabe, outros sentidos de exploração que têm sido enfatizados, para lá dos objectivos já tradicionais de muitos estudiosos locais. Estes, aliás, mesmo quando não possuem uma qualificação específica, podem e devem desempenhar, desde que bem orientados, um importante papel, designadamente, na preservação de uma memória colectiva, na recolha documental e na divulgação, em geral, dos valores locais.

Referimo-nos, em particular, à importância da pesquisa realizada no quadro de um novo entendimento da função social da História, tendo em vista uma história aplicada. Citamos, por exemplo, a preservação e a valorização do património, a promoção e o desenvolvimento do turismo, o planeamento e os programas de requalificação em espaços urbanos e rurais. A esta enumeração de áreas de aplicação concreta, há a acrescentar, muito especialmente, a acção cultural junto da população, em geral, e é claro a actividade educativa da escola, em que se insere o trabalho do professor de História. Em todos os casos, estará sempre em causa a necessária evolução de uma consciência do valor da História, no terreno concreto da vida em comunidade.

Para lá da existência de especificidades, é óbvio que os saberes devem ser divulgados e todos devem poder beneficiar da evolução dos estudos. Nesse sentido haverá que apostar no esbater de afastamentos e desconfianças, ultrapassando falsas dicotomias e promovendo o reconhecimento de conceitos fundamentais.

O que se frisa, é a necessidade de evitar uma transposição desajustada, sabendo-se cultivar com qualidade espaços próprios. Dito isto, não apenas os conhecimentos, mas as próprias dificuldades e problemáticas destacadas pelos investigadores, devem suscitar reflexão e condicionar o delinear das diversas acções práticas, nas mais diversas áreas, melhorando, de alguma forma, uma capacidade de análise, planeamento e concretização válida. É neste sentido crítico e construtivo que destacamos algumas questões mais complexas, relativamente aos estudos locais e regionais.

Não nos alongamos em questões práticas, como o acesso a fontes e a disponibilidade de bibliografia. Em ambos os casos, porém, as possibilidades concretas decorrem em larga medida da vigência de conceitos e até de

mentalidades que, sobrevivendo ainda muito reconhecíveis, devem motivar uma atitude crítica e um esforço de progressivo esclarecimento. Já nos referimos a algumas concepções frequentes na área dos estudos locais, mas, parece evidente que a notória disparidade, quanto ao perfil e ao nível das abordagens, resulta da diversidade de cultores perante um terreno afinal bastante trabalhoso e complexo.

No campo das fontes, podemos também confrontar-nos ainda hoje com realidades menos aceitáveis que se prendem, nomeadamente, com um deficiente entendimento do que é o documento, do seu valor e da sua função, no contexto de uma sociedade. Há uma importante acção pedagógica a exercer localmente nesta área relativamente a testemunhos de natureza muito diversa. Além de um tempo próprio para a sua salvaguarda, temos de fomentar uma preservação que passe pela sua organização e disponibilização útil.

Outra questão prática, relativa à inserção num meio, prende-se com o facto de a proximidade dos contextos vividos também expor muito particularmente os estudos locais a determinadas limitações e pressões de condicionamento, sendo necessário superar dificuldades e evitar arrastamentos. É conhecida a frequente tendência para se procurar, de algum modo, moldar a memória a legar aos vindouros, pelo que é possível reconhecer, por diversas razões, um menor interesse na exploração de certos aspectos e também, inversamente, identificar algum posicionamento favorável a uma determinada sobrevalorização. Entre os silêncios e as pressões de influência, mais ou menos conscientes, pôr-se-á à prova, não apenas um critério escrupuloso de independência e rigor, mas a preparação geral do historiador.

É evidente como, para lá da aparente acessibilidade desta área de estudo, o investigador se deve empenhar numa coerente tradução prática de concepções teóricas bem fundadas, com uma consciência clara da complexidade inerente. Lembramos, designadamente, no prosseguimento do que temos referido, as exigências associadas à constituição e ao tratamento metódico de um corpo documental, à valorização crítica dos mais diversos tipos de testemunhos, à definição de uma focagem temática num contexto de potencial abrangência, à leitura e integração do particular, à consideração fundamentada de espaços e, é claro, à articulação do local e do global.

A consideração prática desta última passa pelo aprofundamento do sentido de cada linha de abordagem e dos conceitos em que se alicerça. A sua concretização, estabelecendo relações fundamentais, reveste-se, na verdade, de um permanente desafio, ao condicionar o desenvolvimento de novos enfoques, particularmente esclarecedores, à capacidade concreta de assumir problemáticas, sempre recriadas na sua teia de conexões.

É importante frisar, em geral, a responsabilidade do historiador na construção do seu objecto de estudo, não só delimitando o período de tempo e o conjunto de realidades a privilegiar, mas, de forma mais activa, definindo os contornos dos problemas a considerar na sua abordagem.

Em boa parte, o passado revela-se na medida em que é interrogado por um sujeito, sendo conhecido o debate em torno da relatividade do conhecimento histórico e da sua própria historicidade. Tendo em vista um trabalho cientificamente orientado e, portanto, criterioso, afigura-se hoje especialmente importante o reconhecimento de que aquela história-problema ganha sentido na medida em que é realizada por um historiador consciente de que faz escolhas, construindo, de forma esclarecida, uma determinada abordagem problematizadora, de acordo com a qual coloca questões selectivas ao passado. A formulação de problemas é o motor essencial da História.

Como parece ainda evidente, o pleno significado dessa problematização e o interesse concreto do seu desenvolvimento não resultam apenas do protagonismo de um historiador, mas reflectem também, de algum modo, um contexto geral de época e a realidade de uma comunidade científica, com as suas preocupações e o seu contexto de conhecimentos.

Na prática, o pequeno mundo da realidade local focada poderá ganhar especial interesse e revestir-se de um valor científico mais geral, na medida em que for, assim, eficazmente integrado num contexto rico de estudo. Temos presente a situação de investigadores que, empenhados num trabalho original, a partir de fontes concretas, ficam perplexos perante as suas possibilidades de exploração e a dificuldade de construção de uma leitura. Tal facto pode prender-se não só com dificuldades metodológicas, mas também com um insuficiente conhecimento de realidades mais vastas, capaz de permitir um correcto enquadramento e uma adequada atribuição de significados.

Pensando no professor de História, agindo numa área de maior autonomia curricular, teremos de reconhecer que o seu esforço particular de preparação não deverá, afinal, dizer apenas respeito ao conhecimento das realidades locais a explorar²⁵. À semelhança do investigador, beneficiará com o conhecimento de outros exemplos de estudo e com o domínio de alguma informação específica sobre a temática concreta a tratar, tanto numa perspectiva de história geral,

²⁵ Este facto decorre naturalmente de uma revalorização da história local, na área educativa, que sublinhou desde logo a importância do relacionamento com a história nacional e a necessidade de consideração do mundo em geral. Ora isso requer, como assim se notava, em 1972, “um amplo enquadramento histórico só adquirido através de qualificações e leituras mais vastas”. L. W. Stewart, “History and the Environment”, *Teaching History*, vol. II, nº 7, Maio de 1972, pág. 204.

como relativamente a outras realidades regionais e locais. Deverá saber que o contexto local, só por si, não proporciona um microcosmo representativo de todo o panorama nacional e que, sem o devido enquadramento, os estudos locais podem confundir mais do que esclarecer.

Na verdade, entre outros factores, nomeadamente de ordem metodológica, está em causa, nesse desafio, a capacidade de integração das realidades estudadas, a nível local, em contextos interpretativos mais vastos. Quer isto dizer que o investigador, assumindo uma abordagem da história local e regional, com um sentido temático e problematizador, de acordo com as perspectivas anteriormente enunciadas, é confrontado com a necessidade de um conhecimento muito mais alargado das realidades históricas, relativas aos diversos planos de abordagem consideráveis.

A referência ao global não se reduz aqui simplesmente à consideração do plano nacional, numa visão monolítica, tal como vulgarmente pode ser entendido. As dinâmicas que lhe são próprias comportam não só o conhecimento das realidades locais e das especificidades regionais, mas a sua interligação nesse contexto. Está ultrapassada a afirmação de que “a grande história de um país – nação ou estado – é o resumo das monografias locais”²⁶. Essa perspectiva tem raiz numa concepção positivista da História, com evidentes limitações de problematização.

Há dinâmicas centrais, com características próprias a estudar, mas também articulações entre estas e âmbitos de vida mais específicos, no quadro regional e local, como as relações entre as diferentes instâncias do poder político e administrativo parecem exemplificar bem.

De acordo com o alcance da temática considerada, pode ganhar ainda especial significado a dimensão mais vasta, relativa à história geral, em que por sua vez se integra o plano nacional e sucessivamente o regional e local.

Os contornos desse desenvolvimento de articulações permanecem, portanto, dependentes de uma problematização, no contexto específico da abordagem de um objecto de estudo. No entanto, apresentam-se à partida como potencialmente válidas, enquanto grandes linhas fundamentais de conexão, a comparação entre diferentes realidades restritas, de âmbito local, e o esclarecimento de articulações entre níveis de focagem de desigual amplitude, desde o mais geral ao mais particular, com realce para a existência e o papel dos quadros de referência intermédios.

²⁶ António Machado de Faria, “Considerações acerca da importância da história local relativamente à do país”, *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal: Actas do Colóquio*, pág. 2.

Não se trata, naturalmente, de perceber uma simples transposição unidireccional, de condições e factores de influência, por exemplo, empolando o significado da realidade local como ilustração de panoramas históricos mais gerais. Os diversos níveis que podem ser referenciados comportam, como se sabe, condições específicas a estudar, as quais induziram, não só realidades particulares, mas influências diversas, de sentido multidireccional, num nexo de articulação de escalas, entre o local e o global.

Referimos ainda o exemplo da história política que, levada aos níveis da região, cidade ou simples localidade de província, permite relacionar muito particularmente o local e o nacional. Pode notar-se, de forma bastante sumária, como uma perspectiva de estudo centralista tenderá a destacar uma acção de governação exercida a partir da capital, enquanto ao nível dos estudos locais e regionais é possível completar aquele quadro, designadamente, ponderando os canais de exercício do poder e o papel das suas várias instâncias, as resistências encontradas e as formas de oposição, o nível de concretização das políticas e o seu real significado prático. Em diferente sentido, a partir destas realidades no terreno, poderemos compreender, por sua vez, a emanção de uma determinada informação que naturalmente condicionou o prosseguimento das políticas centrais.

Estas articulações, compondo uma realidade mais vasta e dinâmica, terão, portanto, de ser definidas de acordo com o sentido específico de uma abordagem temática, vertente básica na referida problematização de um determinado objecto de estudo.

A importância da definição de um espaço temático prende-se com a própria abrangência da história local que não tem, desse ponto de vista, uma especificidade própria, no âmbito dos estudos históricos. A sua diferença, perante a história geral, é essencialmente de abordagem, com um ajustar de focagem relativamente a um âmbito de estudo mais restrito²⁷.

Trata-se de uma história mais próxima das pessoas e dos traços particulares de um contexto vivido. Mas, se por um lado, as realidades a estudar se nos apresentam aqui vantajosamente integradas, na coesão de um concreto, por outro lado, pela sua vastidão e interligação, podem levar à dispersão e à superficialidade de análise, na falta de uma segura orientação de estudo.

²⁷ Depois de algum debate, parece ter ficado claro, como afirma David Dymond, em 1982, que não devemos perder tempo argumentando em defesa da história local como disciplina separada: “Quando muito significa apenas uma ênfase dentro do amplo espectro dos estudos históricos” (David Dymond, *Writing Local History: A practical guide*, pág. 5).

Perante a dificuldade de abarcar todos os aspectos da história local, o volume e a diversidade das fontes e as exigências do seu diferente tratamento específico, compreende-se, assim, que os investigadores mais empenhados, do ponto de vista científico, tenham vindo a optar pela escolha de um tema maior ou central, na sua abordagem. Aliás, por esta via, poderá tender a verificar-se uma aproximação entre os diferentes estudiosos, uma vez que os historiadores “locais”, ao serem levados a enfatizar certos temas, estão a convergir com os historiadores “gerais”, interessados numa focagem de temas nacionais a nível local.

Manifestaram-se, a propósito, receios quanto a uma excessiva especialização alicerçada em divisões académicas. Mas, segundo entendemos, uma história local e regional de incidência temática pode conciliar, num contexto de redução da escala de observação, as potencialidades de uma focagem, sistemática e bem fundamentada, com a exigência de uma abordagem interpretativa de sentido integrador.

Na verdade, discordamos aqui da transposição de uma perspectiva que, eventualmente, associe a multiplicação de objectos de estudo, explorando novos territórios temáticos específicos, a uma realidade de fragmentação ou mesmo de “fatiamento” da História. No caso da história local e regional, é, precisamente, a particular possibilidade de compreensão de problemáticas, estudando realidades restritas, como campo integrado de uma vivência social, que destaca o seu valor. Numa abordagem bem orientada é aqui, sem dúvida, possível e será mesmo exigível uma visão articulada da realidade. O historiador elegendo, embora, um tema central de abordagem, deverá sempre relacioná-lo com a vida mais geral da comunidade.

Sem cairmos em contradição, acreditamos, portanto, que é articulando vertentes da vivência humana que podemos desenvolver mais correctamente uma abordagem temática, em particular no contexto da história local e regional. Uma adequada problematização permitirá simultaneamente centrar uma focagem e abrir a investigação a todo um leque possível de articulações. Não se trata de pretender cultivar uma utópica história total, visto que a abordagem temática se continua a apresentar como central. Mas, evitando uma errada perspectiva restritiva, essa problematização deverá permanecer como referência, na organização de horizontes de estudo.

Tanto no plano do desenvolvimento temático, como no da articulação de níveis de generalidade, do local ao global, defendemos, pois, que se assuma claramente a importância da problematização, na definição dos vários contornos de estudo.

De acordo com um esclarecido sentido de focagem, o estudioso saberá, assim, também no caso da história local, não só definir uma linha temática, mas reconhecer as necessárias pontes de articulação, explorá-las, na medida das

possibilidades concretas, e deixar as desejáveis sugestões de desenvolvimento. Este rigor, na clara definição de critérios, será sempre um factor favorável à interconexão dos estudos e à sua produtiva complementaridade, num quadro de futuro alargamento do conhecimento.

Pensando na realidade escolar, a proposta de uma exploração temática, num determinado âmbito de pertinência, não significa de modo algum, também neste aspecto, o culto de uma visão fechada. Educar é alargar horizontes de compreensão, incluindo certamente o olhar sobre o próximo como elemento e instrumento de formação.

Se, como vemos, a abordagem temática é compatível na história local com um importante sentido de abrangência na compreensão dos fenómenos sociais, é necessário também reflectir sobre a concepção de espaços que está subjacente à articulação destes estudos.

Na permanente reformulação dos estudos históricos, parece-nos ser particularmente frutuosa, nesta matéria, a recusa de um conceito de espaço unidimensional, permanecendo em aberto a questão da respectiva delimitação. Na verdade, também a redefinição de espaços, a partir da própria consideração de um determinado âmbito de focagem, é produto de uma construção, em que, perante quadros prévios, o historiador terá de se movimentar, seleccionando, redefinindo e articulando espaços, tendo em mente determinadas perspectivas de estudo.

Não tendo uma especificidade própria do ponto de vista temático, quanto aos diversos aspectos da vida em sociedade, a história local caracteriza-se, como sabemos, por uma focagem em função de um determinado território, ou seja, pela consideração de um espaço restrito, relativamente ao qual é possível estudar uma realidade humana coerente. Pensando na frutuosa articulação com outras realidades particulares e quadros de estudo mais vastos, parece evidente que a articulação do local ao global passa também por uma reconsideração de espaços, em especial, de acordo com contornos determinados pela dinâmica da própria problemática em estudo.

O primeiro factor determinante de uma especificidade local e regional é, necessariamente, o próprio meio e a natureza das relações que as comunidades humanas com ele estabelecem. Essa relação fundamental proporciona frutuosos campos de problematização relativamente à história local e regional, podendo referir-se, a propósito, o exemplo da história rural, articulando estreitamente a história das comunidades e a da própria paisagem.

Mas, sobre o pano de fundo de um determinado contexto do meio físico, é possível equacionar múltiplos quadros de estudo, em função das diversas vertentes das temáticas humanas e sociais consideradas. Quer isto dizer que, de acordo com o objecto próprio da História, os determinismos geográficos não

representam, no que concerne aos elementos naturais, um critério decisivo na definição de espaços de estudo, até porque o contexto da relação homem-meio se alterou ao longo do tempo.

Ultrapassando qualquer visão estereotipada, devemos, portanto, centrar-nos na realidade humana da vida em sociedade, considerando contextos históricos que, no seu conjunto de articulações, incluindo a relação com um meio físico, permitem reconhecer determinados quadros de organização da presença humana.

Na perspectiva de estudo do historiador, é, assim, possível verificar-se uma inadequação de espaços, relativamente às delimitações habituais. Desde logo, a noção de comunidade, enquanto entidade restrita de estudo, acima do nível da família, transcende um âmbito rígido, na medida em que é entendida como expressão espacial de relações sociais.

As próprias regiões definidas com alguma identidade, em função, também, de importantes vertentes da geografia humana, são formulações datadas e sem um sentido unívoco. A “região” é hoje entendida como um “conceito-problema” e, por exemplo, no domínio da história económica tem-se explorado a noção de “área”, precisamente pela maior flexibilidade desse conceito claramente “construído”²⁸.

Parece igualmente óbvio que podemos concluir algo semelhante relativamente às divisões político-administrativas existentes, uma vez que uma determinada abordagem histórica facilmente poderá reconhecer quadros coerentes com uma presença, em termos de espaço, sem evidente correspondência com aquelas.

O que pode ser entendido como espaço social apresenta, na verdade, contornos bastante flexíveis, como é bem claro no campo das realidades culturais. O assumir da dimensão social de todo o espaço histórico, poderá, mesmo, no limite, levar à consideração de uma multiplicidade de espaços, recriados, com diferentes contornos, em função de dinâmicas específicas, podendo os mesmos ter também diferentes ritmos temporais de existência. A evolução do objecto de estudo da História não é, pois, alheia a este debate.

Como temos dito, o que é aqui decisivo por detrás de uma determinada focagem temática é o reconhecimento de quadros de problematização com determinada projecção específica no espaço e no tempo. Relança-se, pois, também a propósito da definição do conceito de espaço local e regional, a importância do problema, no âmbito de uma história local temática, integradora e problematizadora.

²⁸ José M. Amado Mendes, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”, pág. 352.

Note-se, porém, que não está em causa um simples redefinir de espaços, mas um reconstituir de redes de articulações, que, mediante um determinado fundo de critério temático, permita considerar diferentes instâncias. Será, pois, necessário questionar e relativizar os quadros existentes, em virtude do seu monolitismo, do seu sentido como abstracção, ou mesmo do seu claro desajustamento relativamente aos traços específicos de articulação das realidades temáticas estudadas, numa determinada época.

Como se sabe, é aqui, também, necessariamente importante considerar a evolução desses contornos no tempo, bastando pensar, por exemplo, no domínio dos transportes e das relações económicas, ou no da organização político-administrativa, para ter uma imagem clara deste facto. No primeiro caso, recordamos, por exemplo, a expressão regional da evolução dos transportes, definindo diferentes redes de articulações e novas condições de afirmação de localidades. No segundo caso, podem destacar-se os passos decisivos para uma maior integração do território nacional no século XIX, com uma profunda alteração do mapa administrativo.

Não podemos, pois, ficar presos a perspectivas estáticas, impostas à partida, relativamente à delimitação dos quadros espaciais a considerar, uma vez que isso poderia induzir uma distorção perturbadora de uma correcta compreensão das realidades em estudo. Como se explicou, estes quadros devem ser flexíveis e redimensionados em função das perspectivas de problematização adoptadas, num dado âmbito de abordagem temática. É, aliás, no decorrer da própria investigação que se poderá adquirir uma melhor percepção de espaços e diferentes níveis espaciais, mediante um reconhecimento concreto de identidades e articulações²⁹.

Teremos, porém, de reconhecer na prática alguma dualidade de circunstâncias, em função dos próprios ângulos distintos de motivação quanto aos estudos locais. A perspectiva descrita associa uma maior flexibilidade, na consideração de espaços, a um sentido do interesse científico da história local como contributo para o desenvolvimento do conhecimento histórico geral, figurando de algum modo perante esta e o estudo dos seus temas, como uma proveitosa “história de escala”³⁰. Em contrapartida, uma focagem desde logo subordinada a um

²⁹ Esse sentido dinâmico teve em Inglaterra o particular contributo de Charles Phythian-Adams, autor da escola de Leicester, que, para lá da “comunidade”, incentivou o estudo de uma mais ampla variedade de níveis sócio-espaciais, na interacção do local ao nacional. Vejam-se, designadamente, os trabalhos *Re-thinking English Local History*, Leicester University Press, 1987 e “Local History and Societal History”, *Local Population Studies*, nº 51, 1993.

³⁰ José M. Amado Mendes, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”, pág. 351.

enquadramento espacial estabelecido, nomeadamente, de natureza político-administrativa, poderá estar mais ligada a uma prática historiográfica com um particular sentido de satisfação do interesse local. É sabido, por exemplo, como a afirmação do poder autárquico, no pós-25 de Abril, constituiu um factor impulsor de muitos trabalhos centrados numa localidade ou município.

Perante a globalidade social, parece hoje evidente, na história local, a pertinência de abordagens bem estruturadas, reflectindo, designadamente, uma consciência crítica em torno dos vectores que temos referido. É também nessa perspectiva que se pode evitar a tendência para um excessivo culto do particularismo, presente, em especial, no caso de autores pouco actualizados do ponto de vista conceptual e sem horizontes de intencionalidade para lá do referido interesse local.

A evolução de concepções permite valorizar, sem dúvida, a micro-história e os seus mais diversos elementos parcelares, na medida em que podem ser adequadamente integrados em contextos interpretativos de interesse mais geral. Nesse sentido, a micro e a macro-história deverão apresentar-se como proveitosamente complementares, espelhando-se também aqui a problemática mais geral do local e do global. Essa relação deve envolver, pois, uma exploração do particular que ultrapasse o meramente descritivo, seguindo linhas de problematização que permitam integrar de forma lógica e coerente diferentes realidades.

É nessa perspectiva que se assistiu também à revalorização da biografia, até há pouco tempo apanágio de figuras ilustres, desenvolvendo-se o conceito socialmente alargado das histórias de vida. De forma semelhante, também a velha genealogia, associada, depreciativamente, a uma antiquada prosápia nobiliárquica, deixou espaço para uma igualmente mais vasta história da família³¹, num estudo com outra densidade social. Numa focagem “microscópica” podem-se estudar, nomeadamente, as redes sociais locais e as respectivas conexões aos mais diversos níveis da vida da comunidade, procedendo a um trabalho sistemático de reconstituição de famílias.

O significado que é possível reconhecer numa informação particular está, como se sabe, relacionado com a consciência da necessidade de inserção num contexto. Há, portanto, um caminho de estudo a percorrer para que se possa superar, decisivamente, o campo das simples curiosidades locais ou da galeria de minúcias, coleccionadas, sem outro sentido, por eruditos locais.

³¹ Neste domínio, destacamos o contributo de David Hey, autor de trabalhos como *Family History and Local History in England* (London, Longman, 1987) e editor da obra *The Oxford Companion to Local and Family History* (Oxford, Oxford University Press, 2002).

No âmbito de um alargamento do objecto da História e de uma consideração muito vasta de testemunhos, avulta, pois, a oportunidade de exploração de todo o tipo de expressões concretas, mas há dificuldades e exigências inerentes à capacidade de as interrogar e de as saber integrar numa problemática, explorando de forma crítica a articulação do particular e do geral.

Para lá dos exemplos referidos, podemos recordar, tanto numa perspectiva científica como pedagógica, o caso dos testemunhos materiais, desde as edificações, aos objectos do quotidiano. Superando uma simples descrição, a interpretação passa por um reintegrar em contextos de vida, compreendendo uma função e um significado, não apenas numa determinada época, mas eventualmente também num percurso ao longo dos tempos, com mutações a conhecer e a interpretar, até ao questionar de um sentido e de um valor na actualidade. No que diz respeito ao património edificado é, por exemplo, particularmente importante este jogo de considerações, em torno de uma realização de época e das apropriações posteriores, inclusivamente, tendo em vista a fundamentação de intervenções conscientes, no presente, as quais reflectem sempre também um sentido de interpretação num determinado momento.

Num quadro temático de estudo, destacamos o interesse da focagem de pequenos contextos de vivência colectiva, susceptíveis de uma leitura potencialmente rica para a compreensão mais geral de realidades históricas. Lembramos, a título de exemplo, o estudo centrado em instituições de particular significado social, como agremiações, escolas ou empresas, e, ainda, com base em espaços restritos, como a rua ou o bairro, no caso dos meios urbanos.

O professor consciente destas perspectivas de exploração, de uma realidade particular, pode sempre alargar sentidos de leitura, em benefício do estudo de características mais gerais de época, em áreas tão abrangentes como a vida quotidiana, a sociedade e os grupos sociais, o trabalho e a actividade económica, a educação e a assistência, o espaço do lazer, a acção política, o tempo de guerra, etc. Tudo dependerá de um questionar bem orientado, capaz de analisar e ampliar significados.

A partir de um concreto, é necessário reconstruir uma teia de referências e isso pode ser muito mais exigente do que inicialmente poderíamos supor, tanto na linha da indispensável correcção metodológica, como na dos conhecimentos a mobilizar. A partir de uma abordagem temática, estes terão de dizer respeito, como sabemos, a vários níveis de generalidade e devem permitir o relacionamento com outras realidades coevas.

Por estas questões passa a consciência do significado da realidade local a qual, por princípio, só em certa medida pode ser vista como um ilustrar prático de um todo, ou seja, da história geral de uma época. Noutro sentido representará

antes alguma especificidade dentro desse todo, como, aliás, a um outro nível acontecerá com o âmbito nacional, perante contextos ainda mais gerais.

O conhecimento de diferentes posições relativas, inter-relacionadas num contexto mais amplo, constitui um quadro dinâmico, tanto pelas suas interacções, como pela sua evolução no tempo. Medir essa diversidade e os seus mecanismos de articulação pressupõe, pois, a possibilidade de um estudo comparativo, projectando o sentido das várias análises parcelares. Havendo que valorizar o contributo cumulativo destes trabalhos para a construção da história geral, devemos, portanto, ficar longe da noção amorfa de uma mera soma de partes.

Só bem entendida, a história local pode sobressair em todo o seu significado, quer correspondendo de forma eficaz e equilibrada aos interesses legítimos de um meio, quer expressando correctamente as suas potencialidades perante as problemáticas gerais.

4. Relembrando, simultaneamente, tanto a proximidade de comunicação e dependência, como a notória distinção de âmbitos, entre ciência e docência, poderemos concluir quanto ao interesse da discussão destas problemáticas que, sem dúvida, influenciam focagens e linhas de exploração concreta.

É, assim, importante associar o sentido do valor da história local a uma definição mais precisa da mesma, enquanto abordagem cientificamente rica e válida. Por aqui se reconhecerá, não só a complexidade e a exigência que lhe são inerentes, mas também o potencial significado das múltiplas oportunidades de estudo.

Estas problemáticas não devem, naturalmente, ser ignoradas pelo professor de História. Evitando qualquer arrastamento menos esclarecido, a sua melhor preparação contribuirá para uma mais correcta ponderação da oportunidade, do perfil e do sentido das experiências de aprendizagem a implementar. Da mera referência ilustrativa ao trabalho de projecto, as possibilidades são muito diversas, mas passarão sempre por uma dada estratégia de significados, na articulação do local e do global, expressando uma adequação em função de critérios científicos e pedagógicos.

Estimulando o debate sobre a simultânea articulação e diferenciação de domínios, recordamos que enquanto o estudo científico leva naturalmente ao aprofundar de uma complexidade, na busca de um mais perfeito conhecimento, o campo pedagógico aponta num sentido inverso, por via da reconhecida necessidade de adaptação, envolvendo uma correcta delimitação e simplificação.

A consciência desta realidade, temperando uma tendência de exploração demasiado ambiciosa, tem ganho especial sentido, nomeadamente, quando

vemos, no âmbito escolar, ser proposto o estudo da história local também relativamente a alunos mais jovens³², em iniciativas com um particular peso de objectivos de natureza formativa³³.

Quando falamos de adequação, pensamos, é claro, em múltiplas variáveis que passam tanto pelo próprio perfil dos intervenientes, professores e alunos, como por outros aspectos concretos, incluindo o tempo a dedicar, o trabalho exigível e os recursos disponíveis. No plano do conhecimento histórico, é óbvia a preocupação com a selecção dos conteúdos a tratar, no que diz respeito à sua dificuldade e ao ajustamento programático. Será necessário, contudo, alargar essa reflexão, designadamente, quanto ao grau de complexidade da linha de problematização proposta – envolvendo, por exemplo, relações de causalidade e interligação de factores – e também quanto à consideração do nível das competências a exercitar, na área do método histórico.

Fica fora do âmbito destas reflexões, a ponderação de razões de natureza meramente pedagógica, concretamente no âmbito restrito da didáctica da História. Nesse quadro pode, aliás, discutir-se a validade de alguns dos postulados em que se têm alicerçado muitas propostas de exploração escolar da história local, no que respeita a abordagens partindo do próximo e do concreto.

Como desafio, deixamos em aberto algumas interrogações, sendo interessante avaliarmos até que ponto, nas várias iniciativas práticas, o recurso ao meio é prioritariamente encarado como estratégia ao serviço da motivação do aluno, do estudo de temáticas disciplinares gerais, do exercício de competências ou da prossecução de objectivos formativos mais amplos, no contexto da actual articulação da escola e da sociedade. Será que o recurso à história local, em articulação com a temática do património, é hoje particularmente pertinente mais em função dos objectivos de um ensino para o meio, do que de critérios pedagógicos restritos quanto às vantagens de um ensino pelo meio?

³² Lembramos, por exemplo, na Grã-Bretanha, o espaço dedicado à história local, no “National Curriculum”, dos anos 90, relativamente a níveis etários ainda jovens. Mais concretamente, definia-se a existência de uma ou duas unidades de ensino, a desenhar pelas escolas, logo no âmbito do segundo ciclo de estudos, do currículo nacional, denominado “Key Stage 2”.

³³ Entendemos aqui chamar a atenção, em especial, para a importância da educação patrimonial, obviamente, também servida pelas perspectivas de estudo da história local. Relativamente a alguns princípios gerais de exploração, lembramos o nosso artigo “A Escola e o Património: alguns exemplos e princípios gerais a propósito da exploração do património industrial”, publicado no Boletim da A.P.H. *O Ensino da História*, III série, nº 21-22, Outubro de 2001 e Fevereiro de 2002.

Independentemente desse debate, afigura-se clara a necessidade de uma correcta ponderação das experiências de aprendizagem a conceber e implementar, mediante possibilidades concretas e um elenco de objectivos válidos, num determinado contexto pedagógico. Há que apelar não só ao entusiasmo e à imaginação, mas também à responsabilidade e à competência, num terreno de relativa autonomia dos agentes educativos.